

# O DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO BÁSICA NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID 19: ANÁLISE EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE VITÓRIA/ES

## THE SOCIAL RIGHT TO BASIC EDUCATION DURING THE COVID 19 PANDEMIC: ANALYSIS IN A SCHOOL IN THE MUNICIPAL NETWORK OF VITÓRIA/ES

**Stheffany dos Santos<sup>1</sup>**

**Ricardo Tavares de Medeiros<sup>2</sup>**

**Marcelo Loureiro Uceli<sup>3</sup>**

**Paula Debossan Borges<sup>4</sup>**

**Reginaldo Célio Sobrinho<sup>5</sup>**

### Resumo

O estudo objetiva compreender as ações pedagógicas promovidas por uma unidade de ensino da rede municipal de Vitória/ES para a escolarização dos estudantes no contexto da pandemia da Covid-19, fundamentando-se em Paulo Freire e Carlos Roberto Jamil Cury, na pesquisa qualitativa e no estudo de caso. Elege como procedimentos, a aplicação de um questionário com professoras em atuação no 3º ano do Ensino Fundamental, a coordenação pedagógica e a direção da unidade de ensino. Os resultados apontam as estratégias adotadas para o enfrentamento do cenário pandêmico: o ensino remoto emergencial, a utilização de plataformas virtuais, a elaboração de atividades impressas, o contato com os estudantes via redes sociais/mídias, dentre outras ações. Desvela que a pandemia/ensino remoto deixou sequelas pedagógicas, cenário que requer políticas públicas para o usufruto do direito social à Educação, conforme prescreve as normativas educacionais brasileiras.

**Palavras-chave:** educação, pandemia, ensino remoto.

---

Desdobramento do Trabalho de Conclusão de Curso de Stheffany dos Santos.

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: [stheffany470@gmail.com](mailto:stheffany470@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-2726-9708>

<sup>2</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação. Graduado em Pedagogia. Professor da Rede Municipal de Vila Velha. E-mail: [ricardopedagogo@hotmail.com](mailto:ricardopedagogo@hotmail.com). Endereço Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6770544497944958>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4618-8339>

<sup>3</sup> Mestre em Educação e Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor na Rede estadual de Ensino do Espírito Santo. E-mail: [marceloeducador.acz@gmail.com](mailto:marceloeducador.acz@gmail.com). Endereço Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0295571875838945>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3913-2057>

<sup>4</sup> Graduada em Ciências Biológicas e Mestranda em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo (PPGMPE/CE/UFES). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo. Endereço Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0246171908098465>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4640-0161>

<sup>5</sup> Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/CE/UFES). E-mail: [reginaldo.celeio@ufes.br](mailto:reginaldo.celeio@ufes.br). Endereço Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8290558218053006> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4209-2391>



## Abstract

The study aims to understand the pedagogical actions promoted by a teaching unit in the municipal network of Vitória/ES for the schooling of students in the context of the Covid-19 pandemic, based on Paulo Freire and Carlos Roberto Jamil Cury, in qualitative and in the case study. Its procedures include the application of a questionnaire with teachers working in the 3rd year of Elementary School, pedagogical coordination and the direction of the teaching unit. The results point to the strategies adopted to face the pandemic scenario: emergency remote teaching, the use of virtual platforms, the development of printed activities, contact with students via social networks/media, among other actions. It reveals that the pandemic/remote teaching left pedagogical consequences, a scenario that requires public policies to enjoy the social right to Education, as prescribed by Brazilian educational regulations.

**Keywords:** education, pandemic, remote teaching.

## 1 Introdução

A expressão “educação básica” é um conceito novo que traz em sua intencionalidade o objetivo de abranger o conjunto de realidades que estão presentes no espaço público. Ela incorpora a faixa etária dos 0 aos 17 anos, tendo como integrantes a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Médio. A Constituição Federal de 1988 destaca que “[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (Brasil, 1988, art. 6º).

A educação básica é um conceito inovador para um país que, por muito tempo, negou a existência das diferenças sociais presentes no âmbito escolar. Por longo período, o ensino era oferecido a uma seleta parte da população, pois os modos de organizar a rotina escolar não levava em consideração as diferenças sociais, culturais, econômicas e subjetivas existentes em uma sociedade. Com isso, negou-se o acesso ao conhecimento a diversas minorias sociais, como as pessoas com deficiências, as em situação de rua, as residentes no meio rural, dentre outras. Esse nível de ensino visa garantir que o educando se desenvolva e tenha plenas condições para exercer a cidadania e progredir no mundo do trabalho. Para o alcance dessa linha de pensamento é necessário pensar em políticas públicas que atendam aos diversos públicos presentes no ambiente escolar, porque, como entende Cury (2008, p. 300):

A educação básica, por ser um momento privilegiado em que a

igualdade cruza com a equidade, tomou a si a formalização legal do atendimento a determinados grupos sociais, como as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, como os afrodescendentes, que devem ser sujeitos de uma desconstrução de estereótipos, preconceitos e discriminações, tanto pelo papel socializador da escola quanto pelo seu papel de transmissão de conhecimentos científicos, verazes e significativos.

Diante disso, torna-se dever do Estado garantir o direito à educação para todos os cidadãos brasileiros, sem nenhuma reserva. Essa defesa se coloca como uma conquista dos movimentos sociais organizados que lutaram pela escola como espaço-tempo de todos e a Educação como um dever estatal. No entanto, são diversos os atravessamentos cotidianos que perpassam os cidadãos brasileiros e criam barreiras para que possam se fazer presente nos ambientes escolares como a desigualdade social e as dificuldades de ingressar nas escola. Muitas são as nuances que afetam a vida dos cidadãos brasileiros e implicam o acesso à Educação. Diante disso, é necessário que o Estado repense as políticas públicas para garantir as condições de matrícula, permanência e aprendizagem nos espaços públicos de ensino.

Entre as diversas questões, em 2019, o mundo começou a enfrentar uma situação atípica: a pandemia mundial de COVID-19. No final desse citado ano, o mundo inteiro ficou em alerta, após surgir uma nova doença altamente contagiosa e letal. O cotidiano de pessoas foi modificado, trazendo a necessidade de novas maneiras de interagir e prosseguir com as atividades que eram inseridas em seus cotidianos.

A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Os sintomas comuns, após ser infectado pela doença, são dores pelo corpo, fadiga, falta de ar e sintomas gripais. Por apresentar sintomas parecidos com os da gripe, muitas pessoas se contagiaram, mas não buscaram atendimento médico e continuaram convivendo com outras pessoas, causando a transmissão, visto que a única forma de evitar o contágio, inicialmente, foi o isolamento social.

Como se tratava de uma doença nova, não tínhamos vacina para combatê-la. Então, foi necessário que a população se isolasse em suas casas para frear o contágio, tendo em vista seis milhões de pessoas morreram no mundo todo e 689 mil mortes ocorreram no Brasil. Mesmo diante desse cenário,

era preciso garantir o direito à educação – básico de todo cidadão e dever do Estado, como diz a Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9.394/96.

A escola é uma instância do Estado em que os educandos vão para estudar e usufruir de seus direitos, mas com as limitações impostas pela Covid-19, esses espaços-tempos não podiam mais ser utilizados, tendo em vista a não aglomeração de pessoas, emergindo a necessidade de as redes de ensino se readequarem para que o direito à educação continuasse sendo garantido.

Frente às questões exposta, fomos motivados a analisar uma turma de terceiro ano do ensino fundamental, considerando que os alunos, em sua maioria, cursaram o primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental de forma remota, o que promoveu problemáticas nos processos de apropriação dos conhecimentos, principalmente, os relativos à alfabetização. Essa situação nos levou refletir que muitos são os questionamentos produzidos pelas crianças e as professoras quanto à aprendizagem/não aprendizagem no transcorrer do ensino remoto emergencial.

Diante disso, passamos a dedicar merecida atenção para a problemática deixada pela pandemia da Covid-19 e o ensino remoto emergencial na Educação, assunto que nos impulsionou a constituir esse estudo que adota como objetivo geral: ***compreender as ações pedagógicas promovidas por uma unidade de ensino da rede municipal de Vitória/ES para os processos de escolarização dos estudantes no contexto da pandemia da Covid-19.***

Para o alcance do objetivo geral explicitados, delineamos os seguintes específicos: **a)** analisar como o trabalho pedagógico foi reorganizado no momento de isolamento social; **b)** criar uma rede de escuta envolvendo duas professoras, a coordenação de turnos e a gestão da escola pesquisada, objetivando entender os arranjos produzidos para a realização do trabalho pedagógico; **c)** refletir sobre as potencialidades e os desafios que atravessaram o processo de ensino-aprendizagem no momento de isolamento social produzido pela Covid-19.

## 2 Referencial Teórico

Segundo as teorizações de Freire (2002) e Cury (2002), os processos educativos precisam ser mediados de modo que os conhecimentos sejam significativos, tanto para o professor quanto para os estudantes. Diante disso, os

conteúdos curriculares não podem ser depositados como se o educando fosse uma “folha em branco” ou um lugar em que o docente transfere seus saberes, negando o discente como sujeito crítico e de conhecimento. Diante disso, há de se romper com a perspectiva de escola em que somente o professor tem visibilizadas as suas vozes, alojando o aluno apenas como alguém que as recebe. Como nos fazem pensar esses autores, é impossível falar de uma educação emancipatória, sem pensar de modo crítico a respeito da realidade vivenciada pelos estudantes.

Nesse sentido, Freire (2002) nos convida enfrentar os pressupostos da “educação bancária”, porque nela apenas o professor detém o conhecimento e o transfere para os estudantes. Nessa concepção, todas as experiências dos educandos são descartadas, assim como a realidade deles, fazendo o conhecimento servir à escola pensada nos moldes capitalistas, mas distante de uma formação em que educandos e educadores se formam em comunhão, pela via da inseparável leitura de mundo e da palavra.

Freire (2002) aponta que a educação bancária é utilizada como estratégia de perpetuar a opressão, visto que não é oportunizada condições para os sujeitos refletirem sobre a realidade em que vivem. É uma concepção de educação em que apenas o educador tem algo para oferecer, fazendo com que os alunos sejam significados como meros receptores, ao invés de sujeitos ativos nos processos de ensino-aprendizagem.

No cenário da pandemia e do isolamento social, o direito à educação precisou ser garantido. Para tanto, os sistemas de ensino ocorreram, majoritariamente, às aulas por meios remotos. Diante disso, foi necessário repensar as práticas pedagógicas para a inserção dos alunos em processos de ensino-aprendizagem, nos quais a mediação se realizou por intermédio das tecnologias ou do apoio dos familiares que retiravam os materiais elaborados pelos professores nas escolas para serem realizadas nas residências dos educandos. A nosso ver foi um movimento possível, frente à instabilidade trazida pela Covid-19 para a vida humana na sociedade.

Considerando a problemática deixada pelo ensino remoto emergencial, entendemos ser necessário considerar a avaliação dos educandos sobre como vivenciaram seus processos formativos no período da pandemia, repensar os currículos escolares, implementar redes de apoio, não promover maior destaque

para os resultados das escolas em avaliações de larga escala e em detrimento do direito à apropriação dos conhecimentos e possibilitar um ambiente de reflexão a respeito da realidade vivenciada são questões que se colocam como alternativas para enfrentar os pressupostos da educação bancária, como nos faz pensar Freire (2002).

Freire (2002) defende a necessidade de inteiração entre todos os envolvidos nos processos educacionais. O diálogo se coloca como uma possibilidade de troca e de a pessoa usar o direito de fala/escuta no intuito de transformar a realidade e participar ativamente dela. A palavra não deve ser privilégio de alguns, mas um direito de todos. Assim, na mediação dos processos de ensino-aprendizagem, é de suma importância que a escola adote uma postura pautada na dialogicidade, oportunizando a todos os sujeitos o direito de se expressar, intervir e mudar. Cabe aos sistemas de ensino oportunizar, ao professor, condições para refletir sobre a prática pedagógica, contexto que reforça o necessário investimento na formação continuada, porque se coloca como uma rica alternativa para se pensar/dialogar com os outros, a partir da relação teoria-prática.

Por isso, para se trabalhar com o enfrentamento da educação bancária e lutar pela defesa de relações dialógicas nas escolas, precisamos refletir sobre a “práxis” no planejamento/mediação das práticas pedagógicas. O termo “práxis”, também trabalhado por Freire (2002), aborda a intrínseca relação teoria ligada à prática. Trata-se de uma ação ativa e libertadora, porque possibilita que o conhecimento seja contextualizado e se coloque como possibilidade de enfrentamento da opressão vivida por muitas pessoas.

Frente a isso, o autor aponta que não existe possibilidade de se planejar/mediar o trabalho educativo pautado apenas na prática, sendo necessário que ela seja embasada teoricamente. Na mesma via, não se pode pensar teoricamente as práticas, sem considerar a realidade em que elas se inserem. Por isso, quando o autor se reporta a “práxis pedagógica”, diz de um processo permeado pela ação-reflexão-ação, na intrínseca relação teoria e prática. Diante disso, defende práticas pedagógicas mediadas por essa dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade, conforme explicita na citação que segue:

Se, pelo contrário, se enfatiza ou exclusiviza a ação, com o sacrifício da reflexão, a palavra se converte em ativismo. Este, que é ação pela ação, ao minimizar a reflexão, nega também a práxis verdadeira e impossibilita o diálogo. (FREIRE, 2002, p. 78.)

Como nos faz pensar Freire (2002), é necessário considerar o posicionamento das pessoas e as diferenças dos sujeitos presentes no ambiente escolar. No atípico momento de isolamento social, essa ação também se tornou crucial, pois diversos foram os empecilhos e as dificuldades que atravessavam o contexto de diversas famílias dos estudantes e das condições de trabalho dos professores.

Nessa linha de pensamento, foi importante dialogar sobre o acesso à internet dificultados, as condições financeiras desfavorecidas, o pouco acesso ao conhecimento, dentre outros elementos, para se compor a política pública para o momento do isolamento social/pedagógico e do retorno ao ensino presencial. Levar em consideração a avaliação dos sujeitos para se planejar as ações necessárias para a escola lidar com o isolamento social se colocou como uma demanda de suma importância para que os impactos pós-pandemia na educação venham ser minimizados.

Para Freire (2002), ensinar exige que o educador esteja aberto às novas possibilidades e aos diferentes posicionamentos das pessoas sobre a vida em sociedade. Tornar a educação um processo autoritário, em que somente o professor é detentor do conhecimento e apenas o sujeito que tem sua voz visibilizada, é minimizar o direito que os sujeitos têm de participar criticamente na realidade em que estão inseridos.

É justamente por também defender a educação em uma perspectiva emancipatória que aproximamos as teorizações de Carlos Roberto Jamil Cury das abordagens trazidas por Paulo Freire. O autor se dedica defender o direito à educação básica, enfatizando que esse nível de ensino é garantido por lei. Assim, trata-se de um direito público e subjetivo, ou seja, tarefa do Estado sua oferta (acompanhada da responsabilização das famílias para com o zelo de tal usufruto pelo discente) e um direito que o estudante possui, porque está atrelada à possibilidade de cada pessoa se humanizar.

Assim, as normativas educacionais precisam sempre ser revisitadas e atualizadas, pois a educação precisa acompanhar as mudanças presentes na sociedade, considerando questões que são comuns a todos e as singularidades

de cada pessoa, já que somos sujeitos distintos e, com o passar dos tempos, as necessidades humanas se transformam/mudam.

O autor aponta também que as normativas nascem por intermédio de um processo de luta dos movimentos sociais organizados por direitos sociais. Assim, é de suma importância que as lutas não sejam invalidadas. A respeito das lutas sociais, o Cury (2002, p. 246) problematiza: “[...] é importante ter o conhecimento de realidades que, no passado, significaram e, no presente, ainda significam passos relevantes no sentido da garantia de um futuro melhor para todos”.

Cury (2002, 2008) aponta que, entre os educadores, há a compreensão de que as normativas educacionais são instrumentos de lutas e as bases para o usufruto do direito social à Educação para todos. As normativas se colocam como passos importantes, mas que precisam se desdobrar em políticas em ação para que prescrito possa ser vivido. As normativas educacionais buscam criar condições propícias não só para democratizar a educação na contemporaneidade, mas para se ter gerações futuras vivenciando contextos mais democráticos e menos injustos.

Nesse sentido, o autor defende a Educação como um direito que não pode ser negligenciado. Mesmo no contexto pandêmico – em que várias atividades da vida social foram afetadas – cabe ao Estado criar outras condições para que todos os brasileiros pudessem dar continuidade aos seus processos formativos, recorrendo, as redes de ensino, à estratégia remota. Nesse sentido, é preciso avaliar os impactos dessa política para que outras venham ser implementadas, considerando o dever do Estado com a educação pautada no acesso, na permanência e na aprendizagem com qualidade socialmente referenciada.

Conforme pondera o autor, cabe ao Estado se responsabilizar pela oferta da educação básica de forma gratuita a todos os cidadãos, a fim de que seja garantido a igualdade de oportunidades e minimizadas as desigualdades sociais existentes. Assim, é de suma importância que a educação básica seja um direito do cidadão e dever de o Estado garanti-la e mantê-la, de modo que a torne acessível a todos.

### **3 Metodologia**

Arelado aos objetivos gerais e específicos, para a produção de dados, foi realizada uma pesquisa qualitativa. Esse tipo de investigação é capaz de trazer

dados a respeito de uma realidade cotidiana, por intermédio de entrevistas, observação, grupos focais, análise de documentos, dentre outras, distanciando-se de informações quantitativas. Assim, os dados são subjetivos, ou seja, não mensuráveis, mas evidenciados a partir da possibilidade de o humano expressar sua relação com a sociedade.

Como método, recorre ao estudo de caso. Para Goode e Hatt (1979), trata-se de uma possibilidade de produção de conhecimento científico que preserva, no objeto estudado, o seu caráter unitário. Considera a unidade como um todo, relacionando o seu desenvolvimento com aspectos macros que o afeta (pessoa, família, conjunto de relações ou processos, dentre outros). Assim, o caso estudado é de uma unidade de ensino da Rede Municipal de Vitória/ES, objetivando compreender as ações pedagógicas promovidas para os processos de escolarização dos estudantes no contexto da pandemia da Covid-19.

Como campo de pesquisa, elegemos uma escola situada em uma região periférica do município de Vitória/ES que funciona nos turnos matutino e vespertino. Optamos por promover a pesquisa de campo no vespertino, considerando a matrícula de aproximadamente 249 alunos matriculados do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental, sendo 22 alunos público da educação especial. Para a produção dos dados, foram adotados os seguintes procedimentos: a) apresentação da pesquisa aos envolvidos para obtenção do consentimento; b) redes de diálogos com os participantes; c) aplicação de um questionário por e-mail.

O estudo envolveu duas professoras que, no ano de 2022, trabalharam com crianças que estavam no 3º ano do Ensino Fundamental, mas que realizaram o 1º e o 2º ano de modo remoto. Além das docentes mencionadas, a pesquisa envolveu a coordenadora do turno vespertino e a diretora da unidade de ensino.

Em relação a turma de 3º ano pesquisada, ela continha o total de 23 alunos, sendo 13 meninos e 10 meninas. As narrativas das professoras demonstravam que eram notáveis as dificuldades nos processos de ensino-aprendizagem em grande parte da turma. Muitas crianças ainda não sabiam ler; umas estavam em fase silábica; outras liam, mas tinham dificuldade em interpretar; poucas tinham alcançado fluência em leitura, escrita e interpretação. A maioria reside na região acometida pela pobreza/extrema pobreza e outros

problemas sociais (como a violência), enquanto outras moravam nas imediações desse território.

Podemos dizer que se tratava de situações que permeavam o cotidiano dos estudantes e que refletiam diretamente na vida escolar, pois além de estarem vindo de um período de isolamento social/pedagógico, ainda tinham que lidar com as questões citadas. Essas problemáticas refletiam na assiduidade e na apropriação dos conhecimentos, pois muitos alunos não frequentavam a escola todos os dias, pois não havia quem os levassem.

As professoras regentes das turmas pesquisadas foram bem esforçadas durante o ano em que ficaram encarregadas pela turma. Buscavam trazer recursos pedagógicos diferentes (jogos, bingo, dentre outros), no intuito de chamar atenção das crianças de forma positiva. Também eram realizados diversos planejamentos para uma mesma sala, na intenção de atender às necessidades das crianças que apresentavam percursos diferenciados de aprendizagem, umas das outras.

O período de produção de dados foi de 11/09/2023 a 22/09/2023, tempo estipulado para a rede dialógica e o questionário ser respondido. Como instrumentos de registro, trabalhou-se com o diário de campo e próprio questionário. Os dados foram tratados a partir de princípios éticos, resguardando a identidade da unidade de ensino e dos participantes. Para análise do material produzido, foram adotados os seguintes encaminhamentos: a) leitura inicial das respostas trazidas nos questionários; b) leitura seletiva para separação daquelas que dialogavam com o objetivo central do estudo; c) promoção de categorias para sistematização dos dados; d) análise crítica da informações obtidas pela pesquisadora à luz do referencial teórico que sustenta o trabalho de conclusão de curso.

#### **4 Análise dos Dados**

A partir da pesquisa qualitativa e dos pressupostos do estudo de caso, produzimos os dados do estudo para compreender as ações pedagógicas promovidas por uma unidade de ensino da rede municipal de Vitória/ES para os processos de escolarização dos estudantes no contexto da pandemia da COVID-19. Para tanto, organizamos os dados produzidos e categorizamos com a intenção de responder o objetivo apresentado.

Uma **primeira categoria** que os dados nos permitem compreender são **os modos como a escola se organizou para a realização do trabalho pedagógico no período da pandemia**. Sabemos que a pandemia da covid-19 impactou diferentes atividades da vida social tanto no Brasil como no mundo inteiro. Requereu outros modos de convivermos na sociedade, por exemplo, distanciando pessoas umas das outras, utilizando máscaras e fazendo uso constante de álcool em gel.

Além disso, trouxe a necessidade da produção de conhecimento sobre a vacina para enfrentar o vírus que ceifou muitas vidas. No caso da Educação, requereu várias medidas, convocando as escolas a se reorganizarem para a continuidade do processo formativo dos estudantes. Sobre tal categoria, assim narram os participantes da pesquisa.

No período da pandemia, a SEME (Secretaria Municipal de Educação) enviou as orientações para as unidades de ensino. O CTA (corpo técnico administrativo), formado pela direção, pedagogo e coordenação, através de reunião pelo aplicativo Meet, nos passava as informações. Tivemos formação para aprendermos a acessar plataformas. Nelas, inserimos atividades educacionais. Foram criados grupos de WhatsApp, onde também colocávamos atividades e vídeos de aulas. O aluno que não tinha acesso à internet pegava apostila na escola (PROFESSORA 1).

Os professores planejavam e produziam materiais para os alunos que tinham acesso, via celular ou computador ou vinham na escola buscar os materiais e livros didáticos para a realização das atividades em casa (PROFESSORA 2).

De fevereiro ao início de abril, a escola ficou sem acesso aos estudantes. A partir daí, foram feitos os grupos de WhatsApp com os contatos existentes na ficha de matrícula de cada aluno. Por aí, foram iniciadas as primeiras tentativas de realização de atividades. Nesse momento, ainda não era possível a entrega de materiais para não circular o vírus da COVID. Havia muita dificuldade de acesso a uma grande maioria de estudantes, devido ao fato de não terem dispositivos móveis disponíveis e não terem acesso à internet. Muitas famílias sequer tinham smartphones. Foi pensada a possibilidade de realização de tarefas para serem entregues, obedecendo o controle rígido de quarentena dos papéis disponibilizados para estudantes e profissionais, o que dificultou em demasia a realização (DIRETORA).

Durante o período crítico da pandemia, a escola teve que se reinventar e propor novas formas de alcançar nossos alunos, pedagogicamente. Para a continuidade dos estudos, foi implementado o ensino remoto, dentre os recursos utilizados nesse período, podemos citar: a) atividades na Plataforma Aprende Vix, implantada pelo município de Vitória. Nessa, os professores alimentavam com as atividades do Currículo escolar; b) para os alunos que não tinham computadores ou Tablet, encaminhamos as atividades pelo grupo de WhatsApp da turma. Esse grupo foi criado com o intuito de manter a relação entre família e escola e encaminhamento de informações e atividades; c) para alunos que não tinha recursos tecnológicos, as atividades eram

impressas para que as famílias retiravam na escola; d) foram entregues os livros didáticos. Neles, os professores passavam as páginas semanalmente, os estudantes realizavam e enviavam pelo WhatsApp do professor que realizava a correção e dava o retorno ao aluno (COORDENADORA DE TURNO).

Ao realizar a análise dos dados dessa primeira categoria, foi notável que a escola não ficou paralisada frente às limitações impostas pela COVID-19. Diversas estratégias foram sendo implementadas e executadas. Destacamos, o uso de plataformas digitais, a fim de alcançar os educandos, entrega de materiais impressos aos que não possuíam acesso a um serviço de internet, criação de grupos de Whatzapp na intenção de manter o contato com as famílias, realização de momentos de formação pedagógica com o corpo docente da escola, entre outras medidas.

Tais meios foram de extrema importância para minimizar os impactos futuros que a pandemia causaria na educação, pois a nova forma de conviver imposta a todos exigiu mudanças. Com a educação, não foi diferente. Diversos movimentos precisaram e foram feitos na intencionalidade de garantir o direito social à educação que todo cidadão possui. Nesse sentido, percebemos que tentativas foram produzidas para que os estudantes não ficassem sem as aulas, no entanto esse processo precisa ser analisado de modo crítico, principalmente pelo fato de já lidarmos com cenários educacionais marcados pela desigualdade social e cognitiva, agravada a partir da pandemia da Covid-19.

Como pudemos perceber, o ensino remoto se colocou como uma estratégia que adentrou a educação de modo intempestivo, sem o devido preparo de alunos, professores e familiares, cenário que não pode ser desconsiderado, portanto não podemos voltar a um “antigo normal”, até porque ele não existiu. Tensões quanto à apropriação da leitura e da escrita, reprovações, abandono escolar e avanços dos estudantes entre os alunos escolares sem a devida aprendizagem são elementos presentes na educação brasileira e que se mostraram mais complexas com o ensino remoto emergencial.

Nesse sentido, cabe ao Estado, como alerta Cury (2002, 2008), defender a Educação como direito público e subjetivo, avaliando os impactos da pandemia da Covid-19 para implementar ações que venham enfrentar a problemática agravada pelo ensino remoto emergencial. Temos visto o quanto muitos

sistemas de ensino, a partir do retorno ao ensino presencial, tem privilegiado os resultados nas avaliações de larga escala, carecendo refletir que as escolas fizeram movimentos possíveis para a continuidade dos processos de ensino-aprendizagem dos alunos, no entanto afetados de modo veemente, demandando preocupações quanto à criação de redes de apoio, projetos de reforço escolar, reorganização curricular e novos-outros procedimentos didático-pedagógicos para recuperar conhecimentos que ficaram fragilizados no transcorrer do cenário pandêmico.

Freire (2003) pontua que ensinar exige reflexão crítica sobre a prática. Entende que não ser possível existir conformismo na prática docente, devendo, ela, ser atravessada por um processo de criticidade. Diante disso, é necessário analisar a realidade educacional para planejar ações político-pedagógicas capazes de atender às necessidades de aprendizagem dos educandos nesse período de retorno ao ensino presencial.

Na pandemia, foi de extrema importância a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas para que a escola pudesse continuar garantindo aos estudantes o direito à educação, ou seja, reinventasse o saber-fazer docente para adoção do ensino remoto emergencial. Esse processo precisa ser contínuo, porque a problemática deixada pela pandemia é visível, inclusive, nos processos de alfabetização das crianças, cenário que requer novas posturas didáticas e investimentos na formação dos professores e nas condições de trabalho docente.

**Uma segunda categoria de análise se reporta à mediação do currículo no período da pandemia.** Entendemos que quando falamos dos currículos, tratamos do trabalho com o conhecimento, função social da escola. Segundo Freire (2003), a tarefa da escola é mediar o conhecimento de modo que o educando faça a leitura de mundo e a leitura da palavra. Quando analisamos os modos como os currículos foram trabalhados pela escola no período da pandemia, encontramos as seguintes contribuições dos participantes da pesquisa:

O currículo foi adaptado. O plano de ensino que já havíamos feito foi substituído pelos objetivos estruturantes enviados pela SEME. No município de Vitória, tivemos a plataforma Aprende Vix, Khan Acedem e, depois, passamos para o google classroom. A prefeitura também disponibilizou para o estudante uma apostila com dois volumes

(PROFESSORA 1).

A escola seguiu todas as orientações da SEME (Secretaria Municipal de Educação). A princípio, foi disponibilizado, por meio da plataforma Aprende Vix, atividades educacionais complementares. Foram organizadas, a partir de uma produção local e coletiva, envolvendo os profissionais das unidades escolares da rede de ensino com dois volumes. Foram disponibilizadas também atividades impressas para os alunos sem acesso à internet. Muitas atividades eram propostas em grupos de WhatsApp que envolviam os livros didáticos e os conteúdos propostos para a série desejada. Os grupos eram abertos para alunos ou a família tiravam suas dúvidas para a devolução das atividades propostas (PROFESSORA 2).

A escola mantinha uma rotina diária de postagem de atividades nos grupos de trabalho e de atendimento aos pais/responsáveis, mesmo assim os resultados obtidos eram mínimos. Mais adiante, foi feito treinamento dos profissionais pelo município, de forma on-line, para utilização de algumas plataformas como: Google Class Room/AprendeVix que também se mostraram ineficientes, mediante a escassez de aparelhos para utilização pelos estudantes. A rotina de trabalho e de formação dos profissionais ultrapassava a carga horária diária de trabalho com rotinas que chegavam a doze horas em frente aos computadores, no caso da direção da escola. Os profissionais buscaram inúmeras formas de formação on-line para dar conta de acessar os estudantes. A organização do trabalho pedagógico e administrativo era composta de uma rotina de reuniões semanais para traçar as metas e os objetivos dos trabalhos que deveriam ser realizados semanalmente. Reuniões pedagógicas em um dia da semana e planejamentos e reuniões administrativas em outros, além de dias de inserção de atividades nos grupos de Whatzapp e plataformas. Diante do desafio de acessar os estudantes, o currículo foi sendo esvaziado, dia após dia, não sendo possível o cumprimento das diretrizes traçadas para o trabalho (DIRETORA).

Durante a pandemia, os professores tiveram diversas formações e planejamentos internos com a finalidade de planejar as atividades para que estivessem correlacionadas com o currículo da turma. A metodologia utilizada eram "sequências didáticas". Nelas eram explorados os conteúdos dentro do currículo escolar (COORDENADORA DE TURNO).

Relacionado ao currículo, foi notável que, para garantir o seu cumprimento, foram necessárias reorganizações no intuito de fazer com que os conteúdos chegassem até os educandos. As escolas recebiam orientações advindas da Secretaria Municipal de Educação de Vitória a respeito de como acessar os estudantes e os meios disponíveis (plataforma, WhatsApp, dentre outros) para que as atividades fossem publicadas foram muito utilizados.

Realizando a leitura dos relatos, também foi possível perceber que reuniões de alinhamento foram feitas semanalmente na intenção de orientar a equipe pedagógica para garantir que os processos formativos dos estudantes fossem realizados. A extensa carga horária em que os profissionais da educação

cumpriram no período de isolamento social também foi citada. Como dito, foram necessárias muitas horas em frente ao computador para que as atividades fossem enviadas, sem contar para as ações de formação continuada. Além disso, muita dedicação para corrigir e dar a devolutiva necessária aos familiares. A dificuldade em acessar os estudantes foi apontada como determinante para que o currículo escolar fosse “esvaziado”.

Como podemos verificar, o ensino remoto deixou sequelas curriculares. Não podemos voltar ao ensino presencial, sem considerar que muitos conteúdos deixaram de ser mediados, sem contar aqueles que foram “mascarados” pela entrega de atividades que serviram para avançar os estudantes entre os anos escolares. Nesse contexto, passar de ano não pode ser atrelado ao direito de apropriação do conhecimento. Conforme problematiza Cury (2002, 2008), o direito social à educação perpassa pela matrícula, permanência e aprendizagem com qualidade socialmente referenciada. Nem de longe, podemos dizer que esse direito foi garantido com o ensino remoto emergencial.

Destacamos também a intensificação do trabalho docente para fazer com que as questões curriculares chegassem até os estudantes. Horas dedicadas à formação, elaboração de atividades, contato com as famílias, apoio aos alunos por meios digitais. Cabe destacar que, mesmo com esses esforços, a Educação e os professores foram amplamente atacados por governos neoconservadores, desmerecendo as ações implementadas para que o direito à Educação fosse provido, mesmo em condições complexas trazidas pela pandemia. Por isso, Freire (2003, p. 69), assume os professores como sujeitos criadores, ao problematizar que:

Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.

Freire (2002) nos faz pensar que o trabalho com os currículos, considerando os impactos da pandemia da covid-19, necessita de diálogo entre todos os segmentos escolares. Conforme problematiza o autor, uma dialogicidade que se faça crítica. Isso porque, segundo as teorizações freirianas,

a dialogicidade não começa quando o educador se encontra com o educando em uma situação pedagógica, mas acontece, anteriormente, quando esse profissional pesquisa e pensa a respeito do que vai dialogar com a turma, considerando o contexto de vida desses sujeitos e a necessidade de o conhecimento se mostrar emancipador.

Relacionando essas reflexões dos currículos no período de pandemia, tendemos que foi de extrema importância que ele fosse revisitado para que pudesse atender dentro dos possíveis o cenário de isolamento social. Assim, é preciso investigar que novos arranjos curriculares necessitam ser produzidos para que os estudantes possam recuperar rotas e refazer suas caminhadas em função da apropriação dos conhecimentos. Como nos faz pensar Freire (1992, p. 98), “[...] o que não podemos é [...] parar de aprender e buscar, de pesquisar a razão de ser das coisas. Não podemos existir sem nos interrogar [...] em torno de como fazer concreto o ‘inédito’ viável demandando de nós a luta por ele”.

A **terceira categoria** aborda **as orientações que a escola recebeu da secretaria de educação para a continuidade do direito social da educação no período da pandemia de covid-19**. No que tange às escolas vinculadas à referida rede de ensino, a rede dialógica se estabelece cotidianamente, portanto no período de pandemia não foi diferente. Foi necessário que ações fossem criadas, a fim de minimizar os impactos da pandemia na vida dos educandos e garantir o direito social à Educação. Sobre a relação escola-secretaria de educação, as respondentes ao questionário trouxeram as seguintes contribuições:

Disponibilizando materiais impressos, plataformas educacionais, grupos de Whatsapp e orientações acerca da busca ativa (feita pela coordenação), evitando, assim, a evasão escolar (PROFESSORA 1).

Foi disponibilizado materiais impressos e a plataforma Aprende Vix para os alunos. Era orientado acerca da necessidade de, periodicamente, promover uma “busca ativa” pelos profissionais da escola, a fim de diminuir a evasão escolar, Era ofertado cursos de aperfeiçoamento e de aprendizagem para professores, porém, não foi ofertado aparelhos tecnológicos, nem internet para os profissionais e os alunos da rede no período de “lockdown” (PROFESSORA 2).

A Secretaria de Educação realizava formações por grupos de trabalho para orientação de uso das plataformas e intermediava trocas de experiências exitosas entre os profissionais como forma de auxiliar o trabalho realizado, porém tudo esbarrava na falta de equipamentos para os profissionais e os estudantes (DIRETORA).

A Secretaria Municipal de Educação implantou e orientou sobre como as escolas deveriam dar continuidade ao ensino dos estudantes no sistema remoto. Orientou e incentivou a realização da busca-ativa dos alunos, buscando atingir o máximo de estudantes possível. Realizou também a entrega de cestas básicas, com a finalidade de mitigar os efeitos sociais sofridos pelos familiares dos estudantes. Vale ressaltar que, neste contexto de pandemia, os alunos não tiveram programas que facilitassem o acesso à internet, fator que limitou o acesso dos estudantes à Plataforma Aprende Vix (COORDENADORA DE TURNO).

Ao analisar a terceira categoria, além do uso das plataformas já citado, foi notável a unanimidade em relação à escassez de recursos tecnológicos, tanto por parte dos alunos como dos professores. A diretora da unidade de ensino apontou como exitosa as formações que a secretaria de educação ofereceu, pois era um momento de troca de experiências, mas fez um adendo justamente no quesito de recursos tecnológicos.

Em um período em que o acesso aos conteúdos precisou ser feito por meios tecnológicos, seria de suma importância que eles fossem oferecidos a todos, o que não aconteceu, dificultando o acompanhamento das atividades no formato virtual. Esse cenário nos faz pensar com Cury (2002, 2008) quando reitera que a Educação é um compromisso estatal, independentemente da situação em que a nação se encontra. Assim, entendemos que a rede de ensino negligenciou quando não criou as condições necessárias ao ensino remoto, situação que impactou os processos de ensino-aprendizagem dos estudantes e as condições de trabalho docente.

Na terceira categoria, foi possível notar que os profissionais da unidade de ensino citaram a evasão escolar. Foi informado que era feita a busca ativa, ou seja, tentavam contato com as famílias dos estudantes que não apresentavam devolutivas das atividades, isso, na intenção de evitar que esses alunos parassem de estudar. Tentar evitar a evasão escolar dos educandos é um movimento de suma importância, principalmente, na pandemia, quando as adversidades/dificuldades eram diversas.

No período de pandemia da Covid-19, de um lado, a Secretaria Municipal de Educação de Vitória/ES buscou cumprir o prescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, constituindo relações dialógicas com as unidades de ensino sobre como agir frente aos problemas impostos pela pandemia. Foi de extrema importância que essas orientações estivessem

atreladas às normativas educacionais e adaptadas à nova realidade que se presentificava. Por outra perspectiva, entendemos que fragilidades se fizeram presentes, pois nem todos os estudantes encontraram as condições necessárias para prosseguir nos seus estudos com sucesso, evidenciando a negligência estatal para com o previsto na Carta Magna desse país: o direito à educação na relação igualdade-diferença.

A **quarta categoria** buscou analisar **quais foram os maiores impactos da pandemia na continuidade do direito social da educação**. Sabemos que muitos foram as sequelas deixadas pelo momento pandêmico em diversas áreas sociais. Não foi possível que houvesse interação social e, por isso, a vida e o cotidiano das pessoas precisaram ser reorganizados. Com a educação, não foi diferente. Diversos são os atravessamentos que perpassam pelo trabalho educativo escolar, como por exemplo, a dificuldade de acesso à escola, as famílias sem conhecimentos suficientes para mediar o que as escolas encaminhavam.

A pandemia foi um atravessamento atípico, até então, não vivenciado pela geração atual. Para que houvesse continuidade do direito social à Educação, foram necessários diversos encaminhamentos político-pedagógicos, já que alunos e professores não podiam se encontrar para ensinar-aprender na escola comum. Assim, para entender os maiores impactos deixados pela Pandemia do Covid-19 na Educação, trazemos, a seguir, os relatos dos profissionais participantes da pesquisa.

Muitos estudantes não tinham equipamentos tecnológicos em casa e nem acesso à internet, dificultando, assim, a realização das atividades. Com isso, percebemos, até hoje, a defasagem escolar (PROFESSORA 1).

Os maiores impactos foram a evasão escolar refletida até os dias atuais e a defasagem escolar nos processos de ensino-aprendizagem. Além disso, tivemos os impactos sociais e emocionais na vida dos alunos e profissionais da educação (PROFESSORA 2).

No retorno presencial à escola, trabalhamos de forma híbrida com uma equipe realizando as atividades na plataforma e uma equipe presencial com uma rotina de cuidados para a higienização e não contágio das pessoas presentes. Aos poucos, fomos mapeando as perdas no currículo e implementando projetos de reforço para atender aos estudantes em defasagem de aprendizagem (DIRETORA).

A educação ficou extremamente prejudicada, pois, apesar de todo o planejamento realizado, os alunos tinham muitas dificuldades para

realizar as atividades sem a orientação direta do professor. Além disso, muitos estudantes não davam retorno de nenhuma atividade. Desta forma, no retorno escolar verificamos uma defasagem curricular enorme, precisando de muitas intervenções para recuperar o currículo escolar (COORDENADORA DE TURNO).

Muitos foram os impactos deixados pela pandemia da COVID-19 no cenário educacional. Na pesquisa, podemos observar que foram repetidamente citadas a questão do acesso aos equipamentos tecnológicos e a defasagem em relação aos conteúdos. O fato de os educandos precisarem dar continuidade aos estudos de maneira remota impactou muito suas vidas. A defasagem em relação aos conhecimentos é um grave impacto causado, visto que muitos estudantes ficaram prejudicados pela necessidade de estudar em casa e muitas famílias não terem condições de dar o suporte necessário.

É necessário que se tenha um olhar atento às dificuldades apresentadas pelos educandos no cenário pós pandemia e que sejam criados meios para que a defasagem seja sanada/enfrentada. Aspectos comportamentais também foram comprometidos, visto que a convivência em sociedade é de suma importância. O fato de os alunos não estarem acessando o ambiente escolar fez com que a convivência entre pares, no retorno ao ensino presencial, fosse dificultada. Cabe destacar também que a pandemia deixou pessoas emocionalmente e psicologicamente afetadas, pois muitos professores e alunos contrariaram o vírus, perdendo, inclusive, entes queridos.

Freire (2003) aponta que a Educação necessita constantemente passar por processos de avaliação. Fala dessa ação perpassando a ação que cada educador faz da prática pedagógica, mas também dos sistemas de ensino para com as políticas públicas educacionais. Com a avaliação crítica é possível observar quais práticas ainda funcionam e quais precisam ser atualizadas para atender a realidade dos educandos. Diante do exposto, entendemos que cabe à Secretaria Municipal de Educação de Vitória/ES (com as escolas e suas comunidades) analisar os impactos causados pela pandemia na vida dos estudantes, de modo a criar condições para que os profissionais da educação possam revisitar suas práticas e atender às necessidades dos educandos, pois, com o cenário pandêmico, ficaram ainda mais distintas as realidades educacionais dentro de uma mesma sala de aula.

**A quinta e última categoria** buscou observar **que ações a**

**escola/sistema de ensino de Vitória vem implementando para o retorno ao ensino presencial, pós pandemia.** Com o retorno dos alunos às escolas, foi possível observar alguns impactos que a pandemia causou. É de suma importância que, nesse momento de retorno ao presencial, os alunos sejam acolhidos e observados de modo atento para que estratégias político-pedagógicas sejam traçadas no sentido de suprir as defasagens de aprendizagem. Nesse sentido, foi possível observar, com a pesquisa, os seguintes apontamentos trazidos pelos participantes do estudo:

No período da pandemia, alunos e professores não receberam nenhum apoio tecnológico (computadores e tablets). A escola continua fazendo busca ativa e ações de reforço para os alunos que estão defasados (PROFESSORA 1).

Aulas de reforço escolar para os alunos com defasagem na aprendizagem, cursos de aperfeiçoamento para os profissionais da educação. equipamentos tecnológicos e internet para professores e alunos e busca ativa aos alunos feita pelo CTA da escola (PROFESSORA 2).

A partir do retorno total para o presencial, foram sendo realizados projetos, como o “Tempo de Aprender” e “Educar para Vitória” para minimizar as perdas no currículo. Mantemos, ainda hoje, projetos como parte da grade curricular que atende os estudantes que tiveram as perdas na aprendizagem. Isso para que alcancem os objetivos determinados para o ano no qual ele está matriculado (DIRETORA).

O município de Vitória aumentou a carga-horária de aulas diárias, buscando mitigar a defasagem encontrada no período de pós pandemia. Para além disso, a escola conta com aulas de "Atividades Curricular Diversificada" que tem como finalidade possibilitar novas oportunidades de aprendizagem e minimizar a defasagem na aprendizagem dos estudantes (COORDENADORA DE TURNO).

No retorno ao ensino presencial, foi apontado que a escola continua fazendo a busca ativa aos alunos na intenção de continuar evitando a evasão escolar. Além disso, projetos de reforço estão sendo oferecidos aos estudantes (Tempo de Aprender e Educar para Vitória), no intuito de minimizar as perdas no currículo. Diversos são os projetos em andamento no interior da escola, todos com a meta de oferecer suporte de conteúdos. O aumento da carga horária diária também foi apontado como medida para mitigar a defasagem curricular. Além de todas as ações, também se faz necessário o olhar atento do professor aos alunos para observar as possíveis defasagens e trabalhar na intenção de saná-las.

Segundo Freire (2003, p. 47), “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

Atrelado a apontamento, em um cenário pós pandêmico, se faz importante que a Rede Municipal de Educação de Vitória/ES valorize seus profissionais e crie condições para que possam trabalhar em função de suprir a defasagem de conteúdos deixados pelo ensino remoto/pandemia da Covid-19.

As práticas realizadas pela escola pesquisada, mediante a pandemia da Covid-19, buscaram preservar o direito social à Educação. Desafios perpassaram e perpassam o processo. Cabe à Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES se comprometer diariamente com a implementação de políticas para que os professores encontrem condições de mediar os conhecimentos e recuperar trajetórias de aprendizagem afetadas pela pandemia para que os estudantes venham se beneficiar da aprendizagem com qualidade socialmente referenciada, conforme prescreve a Carta Magna desse País.

## **5 Considerações Finais**

A pandemia da Covid-19 foi um momento crítico vivenciado pelo mundo inteiro. Detidamente sobre a escola pesquisada, pudemos verificar que diversos movimentos foram produzidos para lidar com a pandemia do Covid-19, como por exemplo, a utilização de plataformas virtuais; a organização de atividades impressas para os alunos que não possuíam acesso aos serviços de internet; a implementação da busca ativa dos alunos, a fim de evitar a evasão escolar, dentre outras medidas.

O ensino remoto não alcançou todos os estudantes da Educação Básica pública, mas foi a estratégia possível para o momento crítico da pandemia. Nesse sentido, é necessário que se continue produzido conhecimentos a respeito dos impactos causados pela pandemia na educação, principalmente, no que se refere ao direito social à Educação. Portanto, faz-se necessário observar, no decorrer dos próximos anos, os alunos que não puderam realizar os primeiros anos do ensino fundamental em ambiente escolar, a fim de levantar as possíveis dificuldades e trabalhar na intenção de saná-las.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de dez. 1996. Seção 1.

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.ht](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.ht). Acesso em 29 de novembro de 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n.80, p. 169-201, set. 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Revista Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 134, maio/ago, p. 293-303, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 27. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 33. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

Goode WJ, Hatt PK. **Métodos em pesquisa social**. 5a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.